































SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 • NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE POSSE, DETENÇÃO E PROPRIEDADE	13
✉ RECADO	13
1. CONCEITO DE POSSE.....	13
2. TEORIAS DA POSSE	14
2.1. Teoria Subjetiva.....	15
2.2. Teoria Objetiva	15
3. DETENÇÃO E POSSE	16
4. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE	18
4.1. Quanto à Extensão da Garantia Possessória.....	18
4.2. Quanto ao Compartilhamento da Posse	19
4.3. Quanto à Existência de Vício	20
4.4. Quanto à Subjetividade	20
4.5. Quanto aos Efeitos.....	21
4.6. Quanto à Idade.....	21
5. EFEITOS DA POSSE.....	22
5.1. Efeitos Materiais da Posse	22
5.2. Efeitos Processuais da Posse.....	26
📁 RESUMO	29
🎥 VÍDEO	30
CAPÍTULO 2 • INTRODUÇÃO AO DIREITO AGRÁRIO	31
✉ RECADO	31
1. CONCEITO DE DIREITO AGRÁRIO	31
2. NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO AGRÁRIO	32
3. OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO	34
4. AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO	36
5. FONTES DO DIREITO AGRÁRIO	38
6. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AGRÁRIO.....	38
6.1. Princípio do monopólio legislativo da União.....	39
6.2. Princípio da privatização das terras públicas (despublicização).....	39
6.3. Princípio da proteção à propriedade familiar, pequena e média propriedades rurais	40
6.4. Princípio da utilização da terra sobreposta à titulação dominial.....	41
6.5. Princípio da proteção do trabalhador rural	41

6.6.	Princípio da prevalência do interesse público sobre o privado (primazia do interesse coletivo).....	41
6.7.	Princípio do combate às terras improdutivas (combate ao latifúndio, minifúndio, ao êxodo rural, à exploração predatória e aos mercenários da terra).....	42
6.8.	Princípio da proteção do hipossuficiente.....	42
6.9.	Princípio do fortalecimento da empresa agrária.....	42
6.10.	Princípio da conservação e a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.....	43
7.	ORIGEM DO DIREITO AGRÁRIO.....	43
8.	EVOLUÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL.....	44
	 RESUMO	48
	 VÍDEO	50
CAPÍTULO 3 • FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....		51
	 RECADO	51
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	51
2.	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	53
3.	FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.....	54
4.	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	55
4.1.	Desenvolvimento Histórico.....	56
4.2.	Requisitos da Função Social da Propriedade Rural.....	57
4.3.	Principais Consequências do Descumprimento da Função Social.....	59
4.4.	Imóveis Insuscetíveis de Desapropriação para fins de Reforma Agrária..	61
	 RESUMO	63
	 VÍDEO	64
CAPÍTULO 4 • IMÓVEL RURAL.....		65
	 RECADO	65
1.	CONCEITO DE IMÓVEL RURAL.....	65
1.1.	Questão Tributária.....	67
1.2.	Características do Imóvel Rural.....	71
2.	DIMENSIONAMENTO DO IMÓVEL RURAL.....	72
2.1.	Módulo Rural.....	72
2.2.	Módulo de Exploração Indefinida (MEI).....	77
2.3.	Fração Mínima de Parcelamento.....	77
2.4.	Módulo Fiscal.....	80
3.	CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL.....	82
3.1.	Pequena, Média e Grande Propriedade Rural.....	82
3.2.	Minifúndio, Latifúndio e Propriedade Familiar.....	85
3.3.	Propriedade Produtiva.....	87

4. CADASTRO DO IMÓVEL RURAL.....	89
 RESUMO	92
 VÍDEO	94
CAPÍTULO 5 • AQUISIÇÃO DO IMÓVEL RURAL.....	95
 RECADO	95
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	95
2. REGISTRO DO IMÓVEL RURAL.....	97
3. USUCAPIÃO.....	98
3.1. Conceito	98
3.2. Requisitos.....	99
3.3. Espécies	101
3.4. Usucapião Constitucional Agrária.....	103
4. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL RURAL POR ESTRANGEIROS.....	106
 RESUMO	110
 VÍDEO	113
CAPÍTULO 6 • BENS PÚBLICOS	115
 RECADO	115
1. CONCEITO E ESPÉCIES DE BENS PÚBLICOS.....	115
2. TERRAS DEVOLUTAS.....	118
3. DISCRIMINAÇÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS.....	122
3.1. Fase de instauração	123
3.2. Fase de instrução.....	123
3.3. Fase de conclusão	124
4. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	125
4.1. Posse Agrária.....	126
4.2. Legitimação e Regularização da Posse.....	127
5. TERRAS INDÍGENAS	130
6. TERRAS OCUPADAS POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	136
6.1. Regime Jurídico Aplicável às Comunidades Quilombolas	137
6.2. Procedimento de Identificação e Delimitação de Território	139
 RESUMO	140
 VÍDEO	142
CAPÍTULO 7 • REFORMA AGRÁRIA.....	143
 RECADO	143
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	143
1.1. Conceito de Reforma Agrária.....	144
1.2. Características da Reforma Agrária.....	145
1.3. Objetivos da Reforma Agrária.....	147

2.	ASSENTAMENTOS.....	149
3.	BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA	150
3.1.	Instrumentos de Titulação em favor dos assentados.....	154
4.	INSTRUMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	158
	 RESUMO	160
	 VÍDEO	162
CAPÍTULO 8 • DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA		163
	 RECADOS	163
1.	NATUREZA JURÍDICA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	163
2.	NOÇÕES GERAIS DE EXPROPRIAÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO.....	165
3.	DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA	169
3.1.	Indenização na Desapropriação Agrária.....	173
3.2.	Procedimento.....	175
4.	CONFISCO AGRÁRIO/DESAPROPRIAÇÃO-CONFISCO.....	180
	 RESUMO	181
	 VÍDEO	182
CAPÍTULO 9 • POLÍTICA AGRÍCOLA		183
	 RECADOS	183
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS DA POLÍTICA AGRÍCOLA	183
2.	PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA	189
2.1.	Crédito Rural	189
2.2.	Seguro Agrícola.....	193
2.3.	Cooperativismo.....	197
	 RESUMO	201
	 VÍDEO	202
CAPÍTULO 10 • CONTRATOS AGRÁRIOS		203
	 RECADOS	203
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	203
2.	CONTRATOS AGRÁRIOS TÍPICOS	207
2.1.	Conceitos	207
2.2.	Proibições Impostas ao Arrendador e ao Parceiro Outorgante.....	211
2.3.	Vedação ao Arrendamento ou Parceria de Terras Públicas.....	212
2.4.	Contratos Simulados.....	212
2.5.	Direito de Preferência	214
2.6.	Prazos dos Contratos.....	219

2.7. Pagamento	222
2.8. Benfeitorias.....	223
2.9. Subarrendamento.....	224
2.10. Causas de Extinção	224
 RESUMO	226
 VÍDEO	228
CAPÍTULO 11 • EMPRESA AGRÁRIA	229
 RECADO	229
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	229
2. CONCEITO DE EMPRESA AGRÁRIA	230
3. REQUISITOS DA EMPRESA AGRÁRIA.....	232
4. REGISTRO DA EMPRESA RURAL	235
5. EMPRESA RURAL PÚBLICA	235
 RESUMO	236
 VÍDEO	237
CAPÍTULO 12 • NOÇÕES BÁSICAS DE TRIBUTAÇÃO NO DIREITO AGRÁRIO	239
 RECADO	239
1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	239
2. COMPETÊNCIA PARA INSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS.....	241
3. CONCEITO LEGAL DE TRIBUTO	242
4. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	249
4.1. Impostos.....	250
4.2. Taxas.....	250
4.3. Contribuições de melhoria	252
4.4. Empréstimos Compulsórios	253
4.5. Contribuições especiais	254
5. ATIVIDADE RURAL, PRODUTOR RURAL E AGROINDÚSTRIA À LUZ DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	256
6. TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A ATIVIDADE RURAL.....	261
6.1. Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa física	262
6.2. Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa jurídica.....	264
6.3. Microempreendedor individual – MEI.....	265
6.4. PIS/PASEP e CONFINS.....	267
6.5. Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.....	270
6.6. Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).....	273
7. ALGUNS PONTOS RELEVANTES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA	280
7.1. Opção do produtor rural por ser (ou não) contribuinte do IBS e da CBS... ..	281
7.2. Regime específico favorecido para produtos agrícolas	282

📁	RESUMO	283
▶	VÍDEO	288
CAPÍTULO 13 • DIREITO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE		289
✉	RECADOS	289
1.	RELAÇÃO ENTRE O DIREITO AGRÁRIO E O DIREITO AMBIENTAL.....	289
2.	CÓDIGO FLORESTAL E SEUS EFEITOS NA PROPRIEDADE RURAL.....	292
2.1.	Área de Preservação Permanente (APP)	293
2.1.1	Regime de proteção das APP's	295
2.2.	Reserva Legal	296
2.2.1	Regime de proteção das RL's	298
📁	RESUMO	299
▶	VÍDEO	300
BIBLIOGRAFIA		301